



Center for Studies on Inequality and Development

**Texto para Discussão N<sup>o</sup> 111 – Dezembro 2015**  
**Discussion Paper No. 111 – December 2015**

**O Retorno Da Igualdade**  
**Resenha de Capital in the Twenty-First Century**

*Celia Kerstenetzky (UFF)*

[www.proac.uff.br/cede](http://www.proac.uff.br/cede)

## O RETORNO DA IGUALDADE

(Resenha de *Capital in the Twenty-First Century*, de Thomas Piketty, editado por The Belknap Press of Harvard University Press, 1a. edição, 2014, 696 páginas. Tradução para o inglês de Arthur Goldhammer)

[Publicado em *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 10, n. 16, jan-jun 2015]

Celia Lessa Kerstenetzky<sup>1</sup>

Campeão de vendas editoriais da *Amazon*, *best-seller* em vários países e línguas, certamente o livro de maior sucesso comercial nos cem anos de história da acadêmica Harvard University Press, *Capital in the Twenty-First Century* foi objeto de uma sucessão de resenhas em periódicos acadêmicos, revistas literárias e de entretenimento, jornais de grande circulação, blogs e outras mídias. Suspeita-se que, a despeito da propriedade física ou virtual, boa parte do prolixo livro tenha sido lida apenas indiretamente, via resenhas. Seu autor foi recebido apoteoticamente em tours editoriais mundo afora, mas especialmente nos EUA, onde visitou universidades e órgãos do governo, frequentou auditórios não acadêmicos e programas de televisão e concedeu um sem número de entrevistas. A recepção entusiástica lembrou à de obra antípoda, há 70 anos no mesmo país, *The Road to Serfdom*, de Friedrich Hayek: uma defesa sócio-filosófica do capitalismo como o regime político-econômico da liberdade, a partir da denúncia dos males do socialismo, identificado como o regime político-econômico da igualdade.

Certamente essa simpatia, apesar de decrescer num caso e no outro quando entram em cena opiniões especializadas, revela algo a respeito do próprio tempo.

Nos EUA, o livro de Hayek caiu como uma luva sobre sentimentos difusos de mal estar e percepções fragmentadas ao final da guerra mundial, oferecendo a narrativa unificadora de um embate entre um mundo livre e outro onde a liberdade é sufocada, eventualmente em nome de ideais como a igualdade. O livro é mais sutil, há até mesmo uma defesa qualificada da intervenção governamental e da igualdade de oportunidades. Contudo, sua recepção, ingestão e a intoxicação subsequente foram em muito auxiliadas pela versão para milhões, condensada e simplificada, do *Readers' Digest* e por um famoso cartoon na *Look* magazine <https://mises.org/sites/default/files/Road%20to%20Serfdom%20in%20Cartoons.pdf>, que

---

<sup>1</sup> Professora titular da UFF e diretora do CEDE-UFF (Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento).

reforçaram a mensagem não sutil. Seja na versão original, seja na condensada, o socialismo por sua assimilação ao totalitarismo é esterilizado como alternativa ao capitalismo, irmanado justamente ao experimento nazi-fascista que a esquerda de então vinculava ao capitalismo. Os EUA emergem como a nação da liberdade.

Analogamente, o livro de Piketty recai sobre um generalizado e mal articulado mal-estar com as crescentes desigualdades. No mundo desenvolvido, os EUA representam agora a epítome das desigualdades e a crise de 2008, ali gestada, expõe esse fato duramente aos americanos. Como o livro de Hayek, o de Piketty propõe uma narrativa unificadora que, dessa vez, vê no capitalismo a origem dos males, sobretudo, nas intervenções de tipo hayekiano, visando a ampliar o domínio dos mercados. Contudo, em contraste com a empreitada de Hayek, o esforço é menos filosófico (mas não filosoficamente analfabeto) do que empírico – documentar empiricamente a dinâmica das desigualdades desde o nascimento do capitalismo industrial até o presente –, ainda que a defesa da igualdade como valor seja retomada. A falácia hayekiana de que toda defesa prática da igualdade implicaria em coerção ilegítima da liberdade é desconstruída com o auxílio de referências liberais, como a filosofia política de John Rawls<sup>2</sup>. Piketty defende um capitalismo regulado, cujas eventuais desigualdades se justifiquem apenas se vierem em benefício dos menos avantajados, e mesmo essas, por razões morais e políticas, deveriam ter um limite. O livro de Piketty pode ser visto como uma espécie de braço empírico de tratados igualitaristas de filosofia política do século XX, como o de James Meade,<sup>3</sup> a cuja tradição reivindica pertencimento.

O livro é de leitura agradável e, não tendo sido escrito com esse intento, poderia ser adotado em cursos introdutórios ao estudo da Economia que a privilegiassem como ciência social, portanto moral. (O risco seria tornar o estudo da Economia algo agradável e mesmo prazeroso.) O leitor desliza quase sem notar dessa origem amigável para temas mais técnicos, e freqüentemente a ela retorna. Referências ficcionais, narrativa histórica e exemplos abundam; estatísticas são discutidas a partir de suas relações com a estrutura social, notadamente quando da introdução do tema da distribuição. O índice de Gini é substituído pela porção da renda apropriada por cada fração da população e as frações são elaboradas como estratos sociais, ocupações e profissões, cujo sentido se esclarece pela dinâmica das sociedades em transformação, e finalmente, pela maior ou menor força política que acabam reunindo. Apresentar a desigualdade sob esta

---

<sup>2</sup> Rawls, J., *A Theory of Justice*, Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press, 1971.

<sup>3</sup> Meade, J., *Liberty, Equality, and Efficiency*, Palgrave MacMillan, 1993.

configuração inevitavelmente remete a questão distributiva ao leito da moralidade política e da justiça.

Há algumas mensagens centrais no livro e gostaria de passar rapidamente a elas antes de me deter nas soluções pensadas e nas conseqüências da análise e das prescrições para a reflexão sobre o problema distributivo no Brasil. As resenhas de economistas têm destacado o diagnóstico oferecido e, de modo geral, levado pouco a sério as propostas contidas na última parte da obra. Minha percepção é que há muito a ser desenvolvido a partir das férteis idéias do autor sobre um capitalismo regulado, trabalho que começa a ser levado a cabo pelo livro recente do mais importante inspirador e colaborador de Piketty, o eminente economista social britânico Anthony Atkinson, o *Inequality: what can be done?*<sup>4</sup>.

A meu juízo, no coração do diagnóstico de Piketty sobre as desigualdades contemporâneas está a idéia de que o capitalismo é uma forma de rentismo, um sistema econômico movido pela “inquietação” do capital e sua inexorável tendência a se transformar em rendas (*rents*), na medida em que se concentra em poucas mãos, *as mesmas mãos*, e se acumula. A concentração e a acumulação respondem pela desigualdade de riqueza; a herança, por sua perpetuação estrutural. A relação entre riqueza e rendimentos é fluida. A indistinção entre riqueza e capital é importante nessa análise (e causadora de irritação entre economistas), fruto da noção de que pouco importa onde se origina o capital-riqueza, se benignamente na produção ou diabolicamente na especulação, o destino é o mesmo: concentração-acumulação-perpetuação.

O livro documenta a concentração como evolução das proporções capital-renda nacional e parcela da renda nacional apropriada pelo capital. Com uma taxa de retorno ao capital que supera o crescimento do produto e da renda, essas proporções tendem a crescer. Isso é o que os dados inéditos, que emergem de registros tributários, recolhidos em três séculos e em 20 países, mostram: a dinâmica explosiva da concentração de riqueza. Se a história do capitalismo é a história da concentração de riqueza e renda (contra uma das hipóteses de Kuznets), ainda que esse capital-riqueza tenha mudado de forma, por exemplo, a forma fundiária sendo paulatinamente substituída por outras formas, imobiliárias, produtivas e sobretudo financeiras, e haja hoje em dia muito mais proprietários de riqueza do que no século XIX, seu motor é a economia política, não a produtividade ou o mérito. O poder magnético do capital, sua capacidade de atrair, quanto maior, maiores taxas de retorno, se complementa com seu irresistível poder na barganha com os demais atores econômicos e sua influência sobre os

---

<sup>4</sup> Atkinson, A., *Inequality: what can be done?*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2015.

governos. A história da desigualdade é, pois, a história da moralmente arbitrária concentração-acumulação do capital. De fato, seus dados mostram que é a concentração do capital e de suas rendas, mais do que a concentração dos rendimentos do trabalho (na proporção de três para um), o fator responsável pelo aumento das desigualdades, e quanto maior a riqueza maior taxa de retorno é capaz de comandar. Ademais, a riqueza herdada é de longe a maior parte da riqueza privada, o que contribuiu para congelar a mobilidade social e isolar os 1% mais ricos do restante de nós.

Contudo, a história não é linear, pois, por um breve período de tempo entre a primeira e a segunda guerras mundiais e poucas décadas mais, a tendência à concentração foi contrariada, reduzindo-se substancialmente as proporções acima. Pelos cálculos do autor, foram principalmente as duas Grandes Guerras e a Grande Depressão, bem como os manejos públicos de ambos os eventos, as causas da compressão das desigualdades de renda e riqueza. Guerras e Depressão representaram destruição física e de valor do capital, mas também requereram intervenções governamentais, como impostos progressivos, controle de alugueis, desvalorização da dívida pública via inflação, proteção diferencial dos trabalhadores, salário mínimo, tributação sobre juros, dividendos e lucros e várias estatizações. Todas essas intervenções, quer tenham sido concebidas com esse objetivo (como se pode argumentar a respeito do manejo rooseveltiano da Depressão) quer não (como se pode alegar sobre o imposto de renda progressivo francês instituído por um governo conservador tendo em vista as finanças públicas), colaboraram para reduzir o valor de mercado dos ativos e o poder econômico de seus proprietários.

Nesse espaço de tempo houve o que Piketty designa por “revolução fiscal”, com a criação do imposto de renda *progressivo* e do imposto progressivo sobre a herança. Isso não apenas diretamente influenciou a compressão histórica da desigualdade de riqueza como viabilizou a efetiva criação de um estado *social*, aquele que supera as funções de lei, ordem e defesa e passa a comprometer a maior parte de seus recursos (entre 25% e 30% da renda nacional) -- que alcançam em 1980 mais de metade da renda nacional contra apenas 10% em 1920 -- com o bem-estar social. O “retorno do capital” na década de 1980 somente confirma o determinante político em sua dinâmica: a politicamente dirigida desregulamentação dos mercados, especialmente a financeira, as privatizações, a conseqüente elevação dos preços de mercado de imóveis e ações, agravadas pelo aumento da poupança e o crescimento lento, e, de modo ainda mais significativo, a queda vertiginosa dos impostos progressivos. Na Inglaterra de Thatcher, o tombo da alíquota máxima do imposto de renda foi de mais de 40 pontos percentuais, passando

de 83% para 40%; nos EUA de Reagan, desceu a 28%, após alcançar em anos precedentes da década de 1980 o valor de 70%. A desigualdade só não retornou aos picos do pré-guerras porque algumas formas de tributação progressiva mesmo que suavizadas se mantiveram.

Na parte final do livro, Piketty se pergunta se deveríamos esperar por outra guerra ou crise equivalente à Depressão para contrariarmos a tendência à divergência. Sua resposta indica o passado como referência:

“On the basis of the history I have brought to light here, can we imagine political institutions that might regulate today’s global patrimonial capitalism justly as well as efficiently?” (320?)

As instituições políticas a que se refere são as inovações tributárias (os impostos progressivos) e o estado social (a seguridade social e os investimentos em educação e saúde) por elas financiado, criaturas do século XX. Quanto ao estado social, adverte que quanto menor o estigma associado aos benefícios mais sustentável politicamente é a intervenção, logo o estado social deve entregar direitos, não benefícios pontuais. Contudo, a contribuição do estado social para a redução da desigualdade não é desenvolvida no livro, chamando a atenção, ao contrário, o fato documentado de a educação não ter contribuído para a redução da desigualdade salarial nos países desenvolvidos, nem elevado a mobilidade intergeracional, neste último caso, por conta do acesso ao ensino superior continuar dependente da capacidade de pagamento e da origem familiar. A bala de prata é a tributação progressiva.

Em primeiro lugar, a tributação progressiva é importante para a sustentabilidade política do estado social. A tributação no topo da distribuição é regressiva e a percepção desse fato e de que o peso da tributação deve ser sustentado pela classe média é fonte de descontentamento generalizado, segundo ele. Em segundo lugar, um tributo confiscatório progressivo sobre rendas excessivas, invenção norte-americana do século XX, seria capaz de conter a dinâmica explosiva da desigualdade, resultante de uma riqueza que se acumula a altas taxas de retorno e se concentra em poucas mãos. A ele se somariam tributos progressivos sobre grandes propriedades. O objetivo é limitar a desigualdade a níveis julgados socialmente aceitáveis e economicamente produtivos. No capitalismo globalizado, a forma ideal seria um imposto global anual sobre a riqueza, com alíquotas progressivas ainda que modestas. O propósito desse imposto adicional não é financiar o estado, mas regular o capitalismo, gerando forças de convergência sobre as desigualdades e controlando o sistema financeiro para diminuir o risco de crises: a receita adicional poderia ser usada para reduzir outros impostos regressivos, ou para cobrir serviços adicionais, por exemplo, reduzir a dívida pública. São examinadas experiências

de vários países e identificadas limitações (as numerosas isenções que decorrem do medo da fuga dos negócios) que poderiam ser superadas pelo formato global ou regional proposto pelo autor, sob o qual nenhuma forma de riqueza estaria imune. Contudo, sua pertinência parece irrevogável: “Without the global tax on capital or some similar policy there is a substantial risk that the top centile’s share of global wealth will continue to grow indefinitely – and this should worry everyone.”

Forma utópica, dependente de fina e impositiva coordenação internacional, como o próprio autor reconhece, o imposto global ou regional sobre o capital não é provável e talvez nem mesmo possível. Isso não é motivo para que se torça o nariz e se saltem o instrutivo capítulo 14 e o imaginativo capítulo 15, ambos sobre tributação progressiva. O capítulo 14 apresenta as várias funções dos impostos progressivos, assim como seus méritos relativos. O capítulo seguinte trata do imposto global. Imaginar o que não tem lugar, nesse caso, força o pensamento na direção certa. O crucial é que dado o diagnóstico de uma riqueza privada que se concentra, se acumula e se perpetua geração após geração, o antídoto usual às desigualdades, qual seja a igualdade de oportunidades clássica, pode se revelar ineficaz. A redistribuição via tributação volta à cena como estratégia válida para a igualdade. Outra reconfiguração possível é incluir o acesso à riqueza como oportunidade a ser equalizada. É nessa linha, por exemplo, que caminha o receituário de Atkinson (2015): um imposto sobre a propriedade para financiar a socialização da herança entre todos os adultos do Reino Unido. A proposta de Atkinson se limita a um único país, nesse sentido se alinhando aos esforços de investigação do espaço existente ou possível para a introdução de medidas desse tipo, tema ausente no livro de Piketty.

Uma vez que o tratamento da matéria investe na exaustividade, é de se lastimar a atenção superficial dada ao estado social, seja em suas múltiplas intervenções e tendências recentes, seja em sua variedade no mundo, onde experiências redistributivas de sucesso seguem produzindo alento. E embora também entre países mais igualitários como a Suécia ou a Dinamarca a tendência ao aumento da parcela dos 1% exista, ela é bem mais discreta e mesmo incomparável com os fenômenos americano e inglês, mesmo antes da intervenção do governo via impostos diretos e transferências. Esse fato sugere não apenas a presença de várias instituições sociais equilibradoras, como a impregnação de normas sociais mais equitativas a orientar as reivindicações distributivas de cada um. Por exemplo, os prêmios à educação, as remunerações de executivos e a desigualdade salarial são menores na comparação com os demais países avançados. Muito embora naqueles países a tributação progressiva seja peça integrante do compromisso público com a equidade, a relativa desatenção de Piketty à variedade de estados

sociais parece ter sido o preço da opção pela alternativa usualmente menos favorecida: a ênfase na reintrodução da tributação progressiva, como estratégia redistributiva, em um debate até então capturado pelo medo dos incentivos negativos associados aos impostos e, conseqüentemente, dominado pela ótica do gasto.

Para finalizar, o livro sugere pistas preciosas para a reflexão sobre as desigualdades no Brasil. Novas medidas de desigualdade são necessárias para qualificar o debate nacional para além do índice de Gini, medidas que representem a posição dos vários estratos socioeconômicos ao longo da distribuição de renda e riqueza, evidenciando a dinâmica distributiva como posição relativa de grupos no contexto de uma economia e uma sociedade em transformação. Sobretudo, o livro indica a pertinência do retorno do tema da distribuição funcional a um debate quase que exclusivamente voltado para a distribuição pessoal da renda, sobretudo da renda do trabalho. Pesquisas recentes, que obtiveram acesso especial a dados do imposto de renda, como a de Marcelo Medeiros e colaboradores<sup>5</sup>, vão nessa direção, e corroboram a concentração no topo da distribuição. O que parecem sugerir é o enfraquecimento da hipótese da educação como variável explicativa única ou mesmo dominante: se a desigualdade se concentra nos estratos superiores, especialmente no último décimo, não é o nível educacional o fator diferenciador, ao contrário do que se pode alegar e em boa medida documentar quanto à situação abaixo desses estratos. Do mesmo modo, por mais evidentemente meritórias que sejam as políticas de expansão da educação de qualidade, elas terão de ser complementadas por tributação progressiva se as desigualdades forem realmente o alvo. De modo geral, espera-se que os estudos recentes provoquem uma recalibragem na intervenção pública quase que exclusivamente concentrada no gasto social. No caso brasileiro, a regressiva tributação arrefece o efeito redistributivo exercido pelo gasto na renda disponível das famílias. A recomendação de Piketty ecoa: o estado fiscal não existe unicamente para financiar o gasto, mas também para conter a dinâmica explosiva das desigualdades e seus efeitos socialmente secessionistas. Trata-se do retorno da igualdade à atenção dos especialistas e dos *policy-makers*.

---

<sup>5</sup> Medeiros, Marcelo ; [Souza, P. H. G. F.](#) ; [Castro, F. A.](#) . *A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares*. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v. 20, p. 971-986, 2015.